



Ata aprovada em reunião no dia 15 de agosto de 2017

1

ATA - 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-DOCE

2 No dia 24 de março de 2017 (sexta-feira), às 08h30min, teve início a 23ª Reunião Ordinária do
3 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce, no auditório da ARDOCE, em
4 Governador Valadares/MG. O presidente, Sr. Leonardo Deptulski, realizou a abertura dos
5 trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos os presentes. Com a
6 palavra, o Sr. Edson Valgas, secretário executivo, passou ao primeiro item de pauta, a
7 aprovação da ata da última reunião. Não havendo considerações, o documento foi
8 aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Sr. Roberto Waack, Diretor-presidente da
9 Fundação Renova, iniciou sua apresentação sobre as ações desenvolvidas pela Fundação
10 Renova na bacia do Rio Doce. Ele apresentou todo um histórico sobre o rompimento da
11 barragem de Fundão. Em seguida, explicou a razão da criação, os eixos de atuação e o
12 modelo de governança da Fundação Renova. Também informou sobre todos os projetos que
13 foram e estão sendo realizados em prol das pessoas e dos ambientes afetados. Dando
14 prosseguimento, falou sobre as ações desenvolvidas para recuperação do solo, do rio e o
15 monitoramento da água, com a instalação de 16 estações de monitoramento automáticas.
16 Uma das ações que já começou a ser colocada em prática é a recuperação de cinco mil
17 nascentes, prevista para os próximos 10 anos. Serão 500 nascentes recuperadas a cada ano,
18 por meio de uma parceria com o Instituto Terra e o CBH-Doce. Além disso, ele informou que
19 também foram feitas coletas de amostras de água em 115 pontos do Rio Doce, afluentes e
20 do mar. Diariamente são feitas análises da turbidez do rio em 26 pontos distintos. Quanto à
21 infraestrutura, falou sobre as obras que estão sendo executadas para contenção de rejeitos e
22 dragagem das áreas afetadas. Ao final da apresentação, o Sr. Lusifith Chafith, do IAD, sugeriu
23 que as universidades e faculdades da região sejam contatadas para auxiliar na análise das
24 amostras de água. Ato contínuo, Sr. Edson Valgas ressaltou que os membros do CBH-Doce
25 têm participado efetivamente das reuniões do Comitê Interfederativo, suas câmaras técnicas
26 e do Conselho Consultivo da Fundação Renova. Em seguida, o Sr. Carlos Sangália, vice-
27 presidente do CBH-Barra Seca, sugeriu que todos os representantes do CBH-Doce no conselho
28 consultivo da Renova encaminhem para as diretorias de seus comitês de origem o que está
29 sendo discutido nas reuniões. Dando continuidade, o Sr. Leonardo fez uma apresentação
30 sobre a CT-SHQA – Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água. Ele falou
31 sobre o PMQQS – Programa de Monitoramento Quali-quantitativo da Água e dos Sedimentos
32 do Rio Doce, previsto no TTAC assinado pela Samarco, cujo objetivo é estabelecer os
33 conteúdos mínimos a serem utilizados como referência para o acompanhamento da
34 recuperação do Rio Doce, através da avaliação sistemática da qualidade e quantidade das
35 águas e dos sedimentos, por meio de uma rede de estações. Outro de seus objetivos é propor

Ata aprovada em reunião no dia 15 de agosto de 2017

36 procedimentos mínimos a serem adotados pela Fundação Renova para monitoramento da
37 qualidade da água, em função das intervenções previstas no Termo de Transação de
38 Ajustamento de Conduta (TTAC). Em seguida, falou sobre a DN nº 43 do CIF que define
39 critérios para priorização de municípios destinatários dos recursos para coleta e tratamento
40 de esgoto e de destinação de resíduos sólidos. Cerca de 39 (trinta e nove) municípios da
41 calha do rio Doce poderão enviar o pleito solicitando o recurso até o dia 04/04/2017. Ele
42 informou que o objetivo do comitê é criar uma estratégia de acompanhamento dos
43 municípios para aplicação desses recursos, em conjunto com o IBIO e a própria Fundação
44 Renova. Prosseguindo, o Sr. Gustavo Bediaga, do IBAMA, fez uma apresentação dos trabalhos
45 da Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água, no âmbito do Comitê
46 Interfederativo – CIF. Ele explicou que será colocado em prática o “programa de
47 recuperação da área ambiental 01”, indicado nas cláusulas 158 a 160 do TTAC. Foram mais
48 de dois mil hectares afetados; 102 quilômetros de rios com as margens destruídas (Córrego
49 Santarém, Rio Gualaxo do Norte, Rio do Carmo e Rio Doce); e mais de 120 tributários
50 atingidos. Em contrapartida, 40 mil hectares serão recuperados em toda bacia – 10 mil por
51 plantio e 30 mil por regeneração natural. Informou também que foram definidos três critérios
52 para o plantio em curto prazo: áreas com maior vulnerabilidade (IPCC); sobreposição com
53 outras iniciativas de restauração; e áreas de mananciais de abastecimento alternativo. Para
54 as ações de longo prazo será elaborado o mapeamento de áreas prioritárias na bacia,
55 através de oficinas participativas e validação pela comunidade científica, além de proposta
56 de escalonamento. Além disso, falou sobre a recuperação de 5.000 nascentes, com
57 participação do CBH-Doce e da CT-Flor, sendo que 511 já foram cercadas em 2016. Ao final,
58 a Sra. Isabella Salton, Diretora do Instituto Terra, relatou as principais dificuldades para
59 realização do cercamento, sendo que foram necessárias 09 (nove) semanas para mobilizar
60 cerca de 204 (duzentos e quatro) produtores rurais. Os conselheiros fizeram uma pausa para o
61 almoço. Após o retorno do intervalo, a Srta. Luciane Teixeira fez um relato sobre a reunião da
62 CTGEC, realizada no dia 14/03/2017, na qual foi aprovada a proposta de recomendação de
63 critérios para escolha das áreas para recuperação das 4.500 nascentes restantes, da ação
64 prevista na cláusula nº 163 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta/TTAC. A Srta.
65 Gabriela Pereira, Analista de Geoprocessamento do IBIO, iniciou explicando que o Programa
66 de Recuperação de Nascentes, inserido no eixo temático Restauração Florestal e Produção
67 de Água, prevê a recuperação de 5000 nascentes em um período máximo de 10 anos, sendo
68 500 por ano. Em 2016, o CBH-Doce escolheu as áreas do Suaçuí Grande, Santa Maria do
69 Doce e Pancas para recuperação das primeiras 500 nascentes, tendo em vista que conforme
70 cláusula 163 do TTAC, o comitê é o responsável pela indicação das áreas a serem
71 contempladas. Ela explicou os critérios que foram utilizados para definição das áreas para as

Ata aprovada em reunião no dia 15 de agosto de 2017

72 4.500 nascentes restantes, sendo: Índice área total da UGRH – IATU; Índice área crítica da
73 UGRH – IACU, conforme o mapa de vulnerabilidade, que foi desenvolvido com base em
74 alguns parâmetros como disponibilidade hídrica, uso e ocupação do solo, biodiversidade
75 positiva, degradabilidade do solo e capacidade de adaptação; Índice médio de área – Ima
76 que é uma média feita entre o IATU e o IACU; Além do Índice de Captação Alternativa – ICA;
77 No fim, chegou-se ao índice médio total, a partir dos critérios considerados, chegando ao
78 valor total de nascentes por UGRH. A proposta visa iniciar a recuperação das áreas de maior
79 vulnerabilidade para as áreas de menor vulnerabilidade, de forma a esgotar as nascentes de
80 cada UGRH antes de iniciar a recuperação da próxima. Após a apresentação, a Srta. Luciane
81 apresentou o parecer técnico emitido pela CTGEC, que considera pertinente as análises
82 apontadas e está de acordo com as recomendações da Nota técnica IBIO nº 01/2017. Além
83 disso, apresentou o parecer da CTIL, que também considerou pertinentes as análises
84 apontadas e está de acordo com as recomendações da Nota técnica IBIO nº 01/2017,
85 recomendando ao CBH-Doce que acate a proposta apresentada pela CTGEC. O Sr. Flávio
86 Guerra, presidente do CBH-Piracicaba, sugeriu que fossem incluídos parâmetros de vazão da
87 bacia. O Sr. Edson Valgas informou que a vazão já está contemplada no critério de
88 disponibilidade hídrica. O Sr. Rodrigo, da Prefeitura de Mariana, também demonstrou seu
89 descontentamento com a nota técnica, pois segundo ele o município mais vulnerável
90 atualmente é o de Mariana. A Srta. Luciane ressaltou que na área ambiental 1, que
91 contempla Mariana, haverá outros dois trabalhos de recuperação da Fundação Renova. Ato
92 contínuo, o Sr. Edson Valgas colocou a proposta em votação. Os conselheiros aprovaram,
93 com um voto contrário da Prefeitura de Mariana e duas abstenções: IAD e IDAF. Em seguida,
94 os conselheiros parabenizaram a Sra. Isaura Paixão, membro efetivo do CBH-Doce e CBH-
95 Manhuaçu, pelo seu aniversário. Prosseguindo, o Sr. Edson Valgas fez um relato sobre os
96 encaminhamentos da Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL Doce. O primeiro assunto
97 em pauta foi a prorrogação do mandato do CBH-Doce. De acordo com o regimento atual, o
98 mandato dos membros vence no dia 30/04 do ano subsequente às eleições municipais.
99 Porém, tendo em vista que o CBH-Doce é um comitê de integração, sendo que para
100 participar dele é necessário antes fazer parte de um afluente, será necessário aguardar a
101 posse desses comitês em outubro, para posteriormente fazer a eleição do CBH-Doce. O
102 regimento permite a prorrogação de mandato por 06 (seis) meses, sendo que após esse
103 período todas as atividades deverão ser suspensas. Assim, o secretário executivo propôs que a
104 plenária aprove a prorrogação do mandato, mas demande à CTIL a alteração do regimento
105 de forma a melhor este conteúdo. Os conselheiros aprovaram as duas propostas. Em seguida,
106 ele apresentou o último parecer emitido pela CTIL, que recomendou a aprovação da DN nº
107 55 do CBH-Doce, que dispõe sobre o uso de recursos públicos oriundos da Cobrança pelo Uso

Ata aprovada em reunião no dia 15 de agosto de 2017

108 da Água, arrecadados pela União, para a concessão de diárias e transporte para os
109 conselheiros e convidados dos Comitês com atuação na bacia hidrográfica do Rio Doce. Ele
110 explicou que essa demanda surgiu na reunião plenária do CBH-Doce de outubro de 2016,
111 tendo em vista que alguns membros estavam preocupados com a falta de normatização e
112 transparência do uso dos recursos e explicou que as referências utilizadas foram as normas da
113 ANA, IGAM e IBIO. Além disso, falou que foi criado o portal da transparência, disponibilizado
114 no site do CBH-Doce, que demonstra como os comitês estão utilizando seus recursos em suas
115 diversas contratações. Durante a leitura do documento, foram realizadas algumas
116 modificações solicitadas pelos conselheiros. Em seguida, eles votaram e aprovaram o
117 documento por unanimidade. Prosseguindo, ele passou para o item de pauta sobre a DN que
118 aprova a indicação dos representantes do CBH-Doce no Conselho Consultivo da Fundação
119 Renova e aprovação das DNs aprovadas *Ad Referendum* pela Diretoria do CBH-Doce. Os
120 documentos foram aprovados pelos conselheiros. Em seguida, a Sra. Juliana Vilela, Analista
121 Administrativo do IBIO, apresentou a proposta de logomarca para os programas
122 hidroambientais e de saneamento rural que estão sendo implementados na bacia, definida e
123 encaminhada pela CTCL, que tem por objetivo criar uma identidade e fortalecer as ações
124 realizadas pelos comitês. O Sr. Leonardo Deptulski se mostrou contrário à proposta, pois não
125 concorda com a criação de outra identidade visual. A Sra. Juliana informou que a marca do
126 CBH-Doce será aplicada em conjunto em todas as peças e ressaltou que a ideia surgiu da
127 dificuldade no contato com o município, imprensa e o próprio produtor rural em entender o
128 que são os programas, pois possuem nomes muito extensos. Em seguida, o Sr. Edson sugeriu
129 que o assunto seja devolvido para discussão pela CTCL, com a participação do Leonardo, e
130 informou que por não haver mais quórum, nenhum outro assunto poderia ser liberado.
131 Prosseguindo, a Sra. Juliana Vilela apresentou o relatório de atividades do CBH-Doce referente
132 ao ano de 2016. Não havendo outros assuntos, a reunião foi encerrada às 16h00.

133



134

LEONARDO DEPTULSKI

135

Presidente do CBH-Doce

136

137

138

139

140

141

142



EDSON VALGAS DE PAIVA

Secretário Executivo do CBH-Doce